



5<sup>o</sup>

Encontro de  
Gestores de **RPPS**  
do Estado de Mato Grosso

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL



Fundação de Previdência Complementar  
do Estado do Espírito Santo





**Alexandre Wernersbach Neves**  
*Diretor Presidente*

- Administrador formado pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC - Belo Horizonte)
- Especialista em Gestão Financeira pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC - Rio de Janeiro)
- Mestre em Administração Estratégica com ênfase em Finanças e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - Belo Horizonte)
- Atuou como Analista de Crédito no Citibank, Senior de Auditoria na Arthur Andersen, Diretor Administrativo-financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDV, Diretor Técnico do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM e Gestor do Projeto da Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo na qualidade de Assessor Especial da Secretaria de Estado de Governo.
- É Conselheiro do Conselho Regional de Administração – Seccional Espírito Santo – CRA-ES.
- Ocupa uma cadeira como Conselheiro do Conselho Nacional de Dirigentes de Regime Próprio de Previdência Social – CONAPREV.
- É Diretor da Regional Sudeste da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP.
- Atualmente é o Diretor Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo - PREVES

# Efetividade da Previdência Complementar:

um dos desafios  
previstos na PEC 287





# ÍNDICE

- I. Nosso objetivo;**
- II. Por que o assunto é pauta?**
- III. De que é a culpa?**
- IV. Regimes de Previdência;**
- V. PEC nº. 287/2016;**
- VI. Por que a Previdência Complementar?**
- VII. Quais os caminhos?**
- VIII. Cronograma de Implantação;**
- IX. Como podemos ajudar?**

# Nosso objetivo







# Não podemos ignorar os sérios problemas do Regime Próprio de Previdência Social



# POR QUE O ASSUNTO É PAUTA?





**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

## Crise da previdência fluminense não é a única

O Rio de Janeiro foi o primeiro estado a registrar a crise financeira.

Para reagir com medidas emergenciais ao agravamento da situação, o governo do Rio de Janeiro anunciou a suspensão de pagamentos de algumas unidades da Federação.

## Quase 80% das cidades brasileiras estão com as contas no vermelho

22/10/2016 09h49 - Atualizado em 22/10/2016 10h02. POR ESTÁGIO CONTÉUDO

## Déficit previdenciário dos estados pode crescer 57% até 2020

**previdência**

## Rio quer 30% do salário do servidor para cobrir deficit na Previdência

## Para pagar servidores, governo do RN usa fundo previdenciário pela 11ª vez

29/09/2015 06h34 - Atualizado em 29/09/2015 06h50

Até agora, R\$ 686,8 milhões do fundo já foram utilizados para pagar os servidores. O valor representa 70% dos recursos disponíveis.

## Parcelamento dos salários dos servidores de MG vai até outubro

01/07/2016 16h14 - Atualizado em 01/07/2016 16h16

O escalonamento foi prorrogado por causa da crise econômica. Anúncio foi feito nesta sexta pela Secretaria de Estado de Planejamento.

## Governo do RS parcela salários de servidores pela 9ª vez seguida no ano

29/10/2016 19h11 - Atualizado em 01/11/2016 19h29

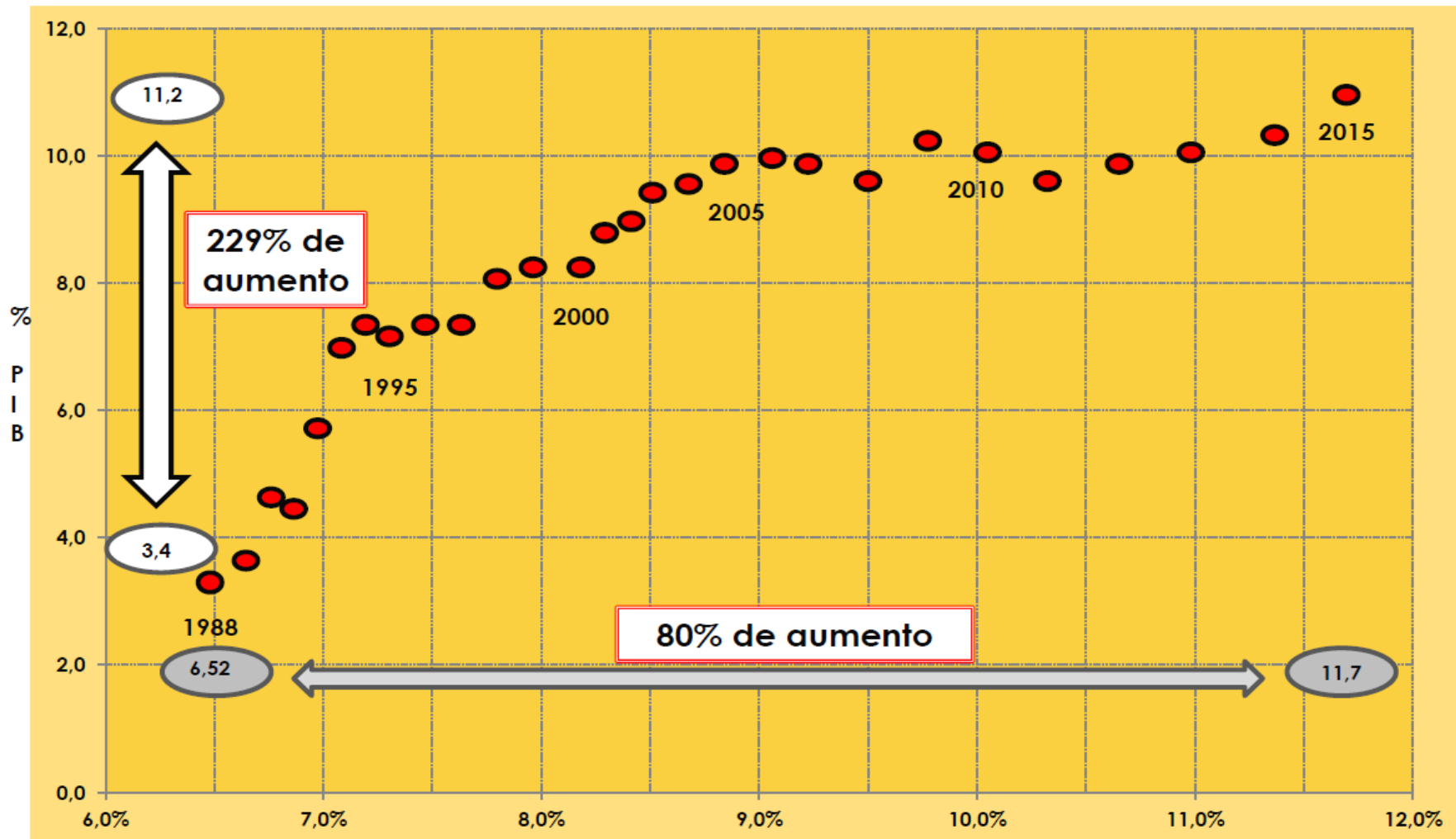
Na segunda, será pago R\$ 450; expectativa é quitar pagamentos até dia 16. Conforme o Piratini, uma série de fatores agravaram problemas financeiros.

## Dívida deixa aposentados sem receber em São Sebastião do Paraíso

22/07/2015 15h46 - Atualizado em 22/07/2015 15h46

Motivo é falta de repasse da prefeitura para institutos de previdência. Segundo órgãos, montante devido já chega a R\$ 2,4 milhões.

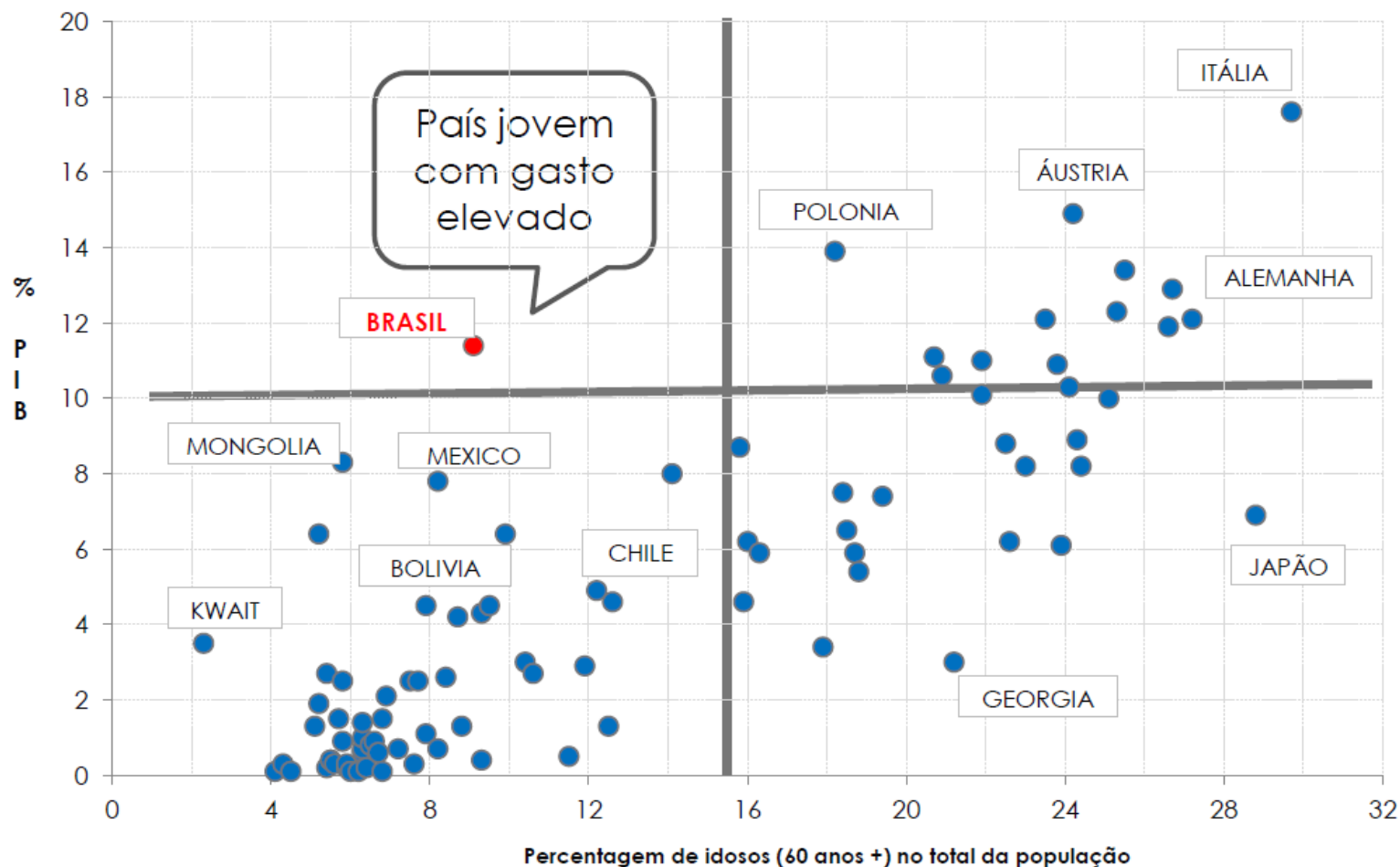
## Trajetória do envelhecimento e dos gastos previdenciários (% PIB) no Brasil – 1988-2015



Percentagem de idosos (60 anos +) no total da população

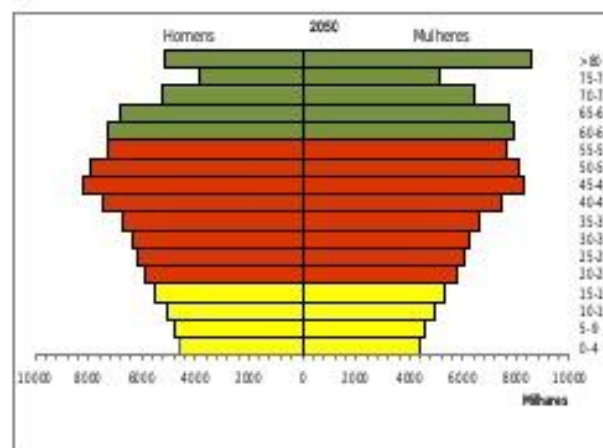
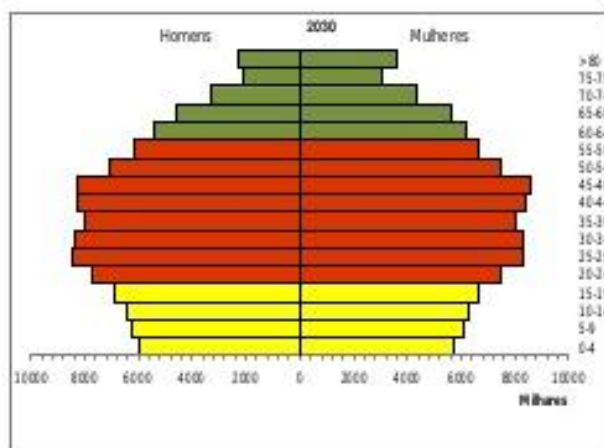
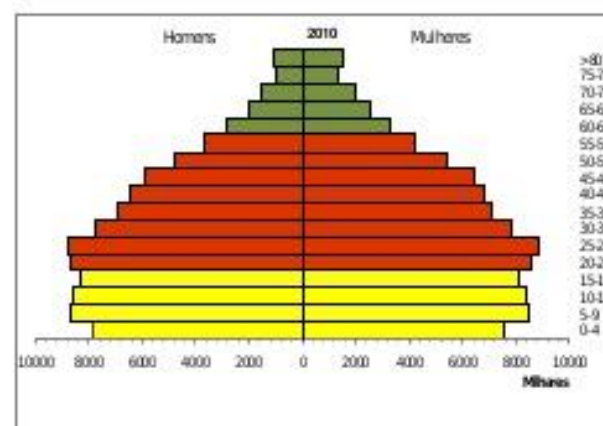
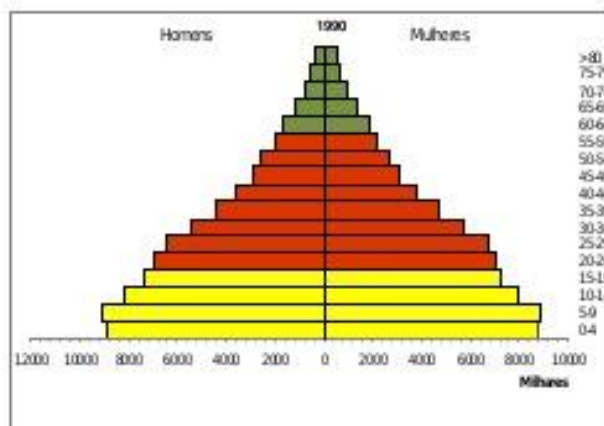
# Previdência em perspectiva comparada

Gastos previdenciários (como proporção do PIB) e percentagem de idosos na população – diversos países 2011-2015



• Fonte: PROF. PAULO TAFNER

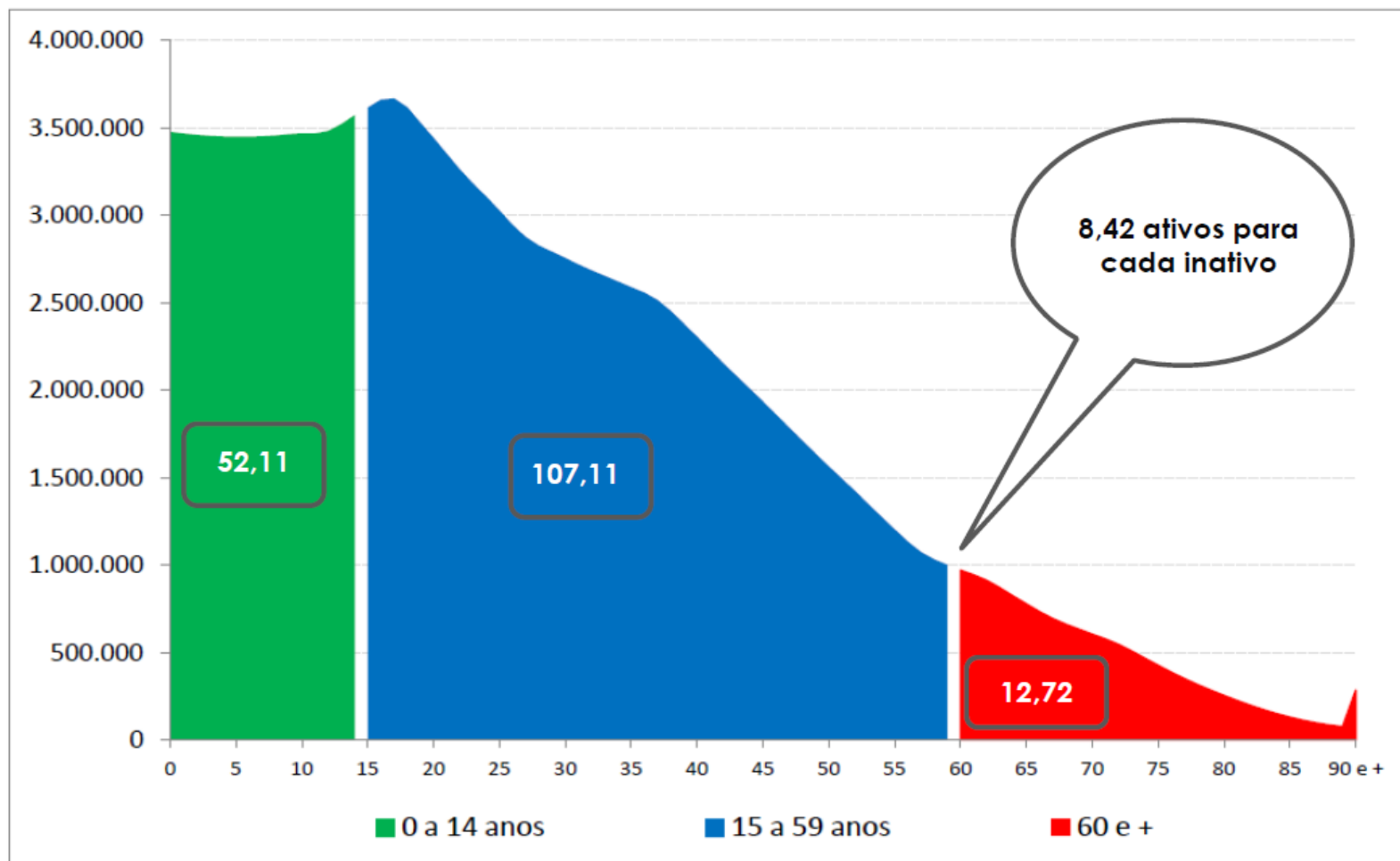
# Pirâmides Etárias: 1990 / 2010 / 2030 / 2060



Fonte: IBGE. E laboração: SPPS/MTPS.

# Mudança Demográfica

Gráfico 1A – População segundo grupos etários (número de indivíduos) - Brasil: 2000

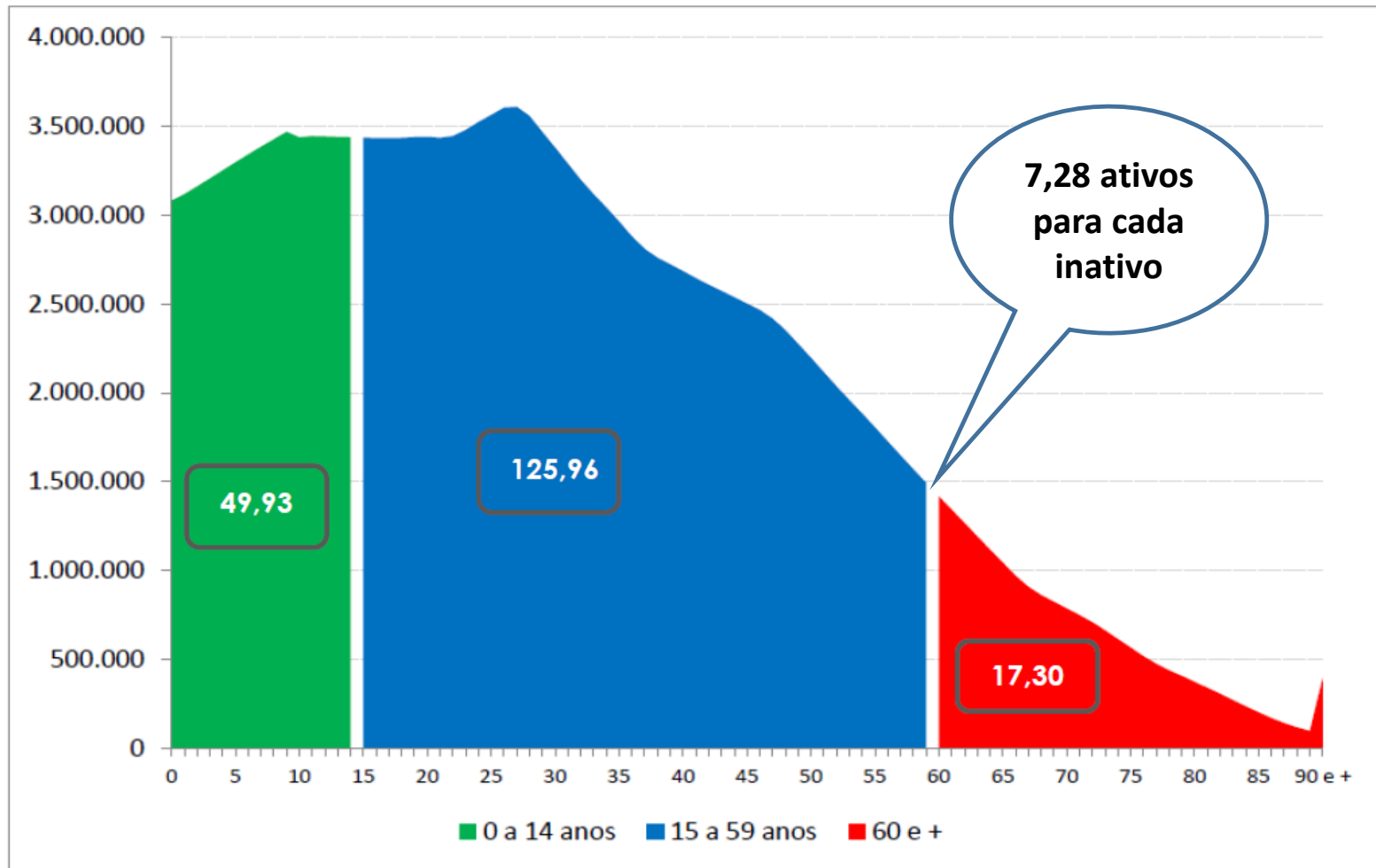


Fonte: IBGE - projeções demográfica (revisão 2013).

• Fonte: PROF. PAULO TAFNER

# Mudança Demográfica

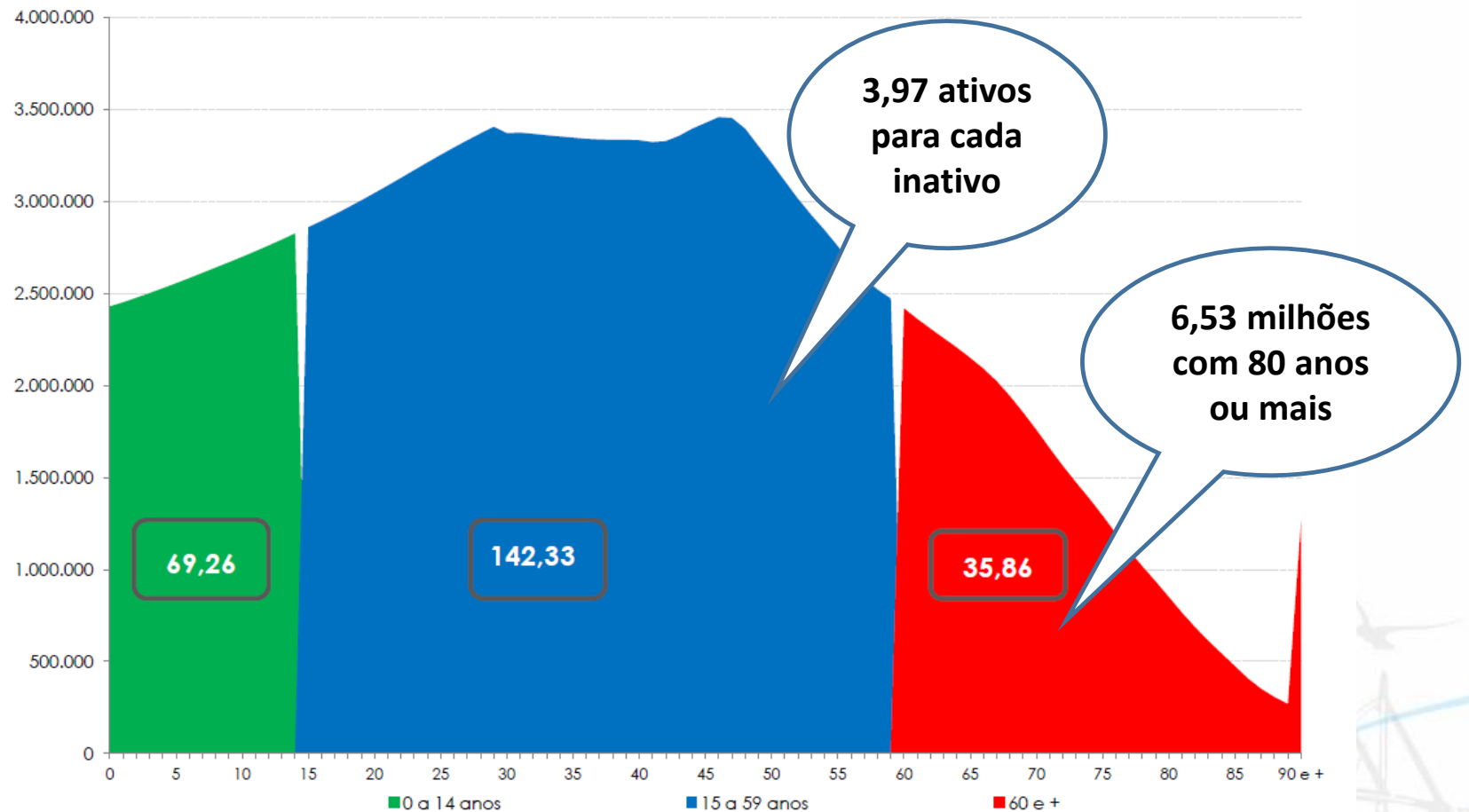
Gráfico 1B – População segundo grupos etários (número de indivíduos) - Brasil: 2010



Fonte: IBGE - projeções demográfica (revisão 2013).

# Mudança Demográfica

Gráfico 1D – População segundo grupos etários (número de indivíduos) - Brasil: 2030

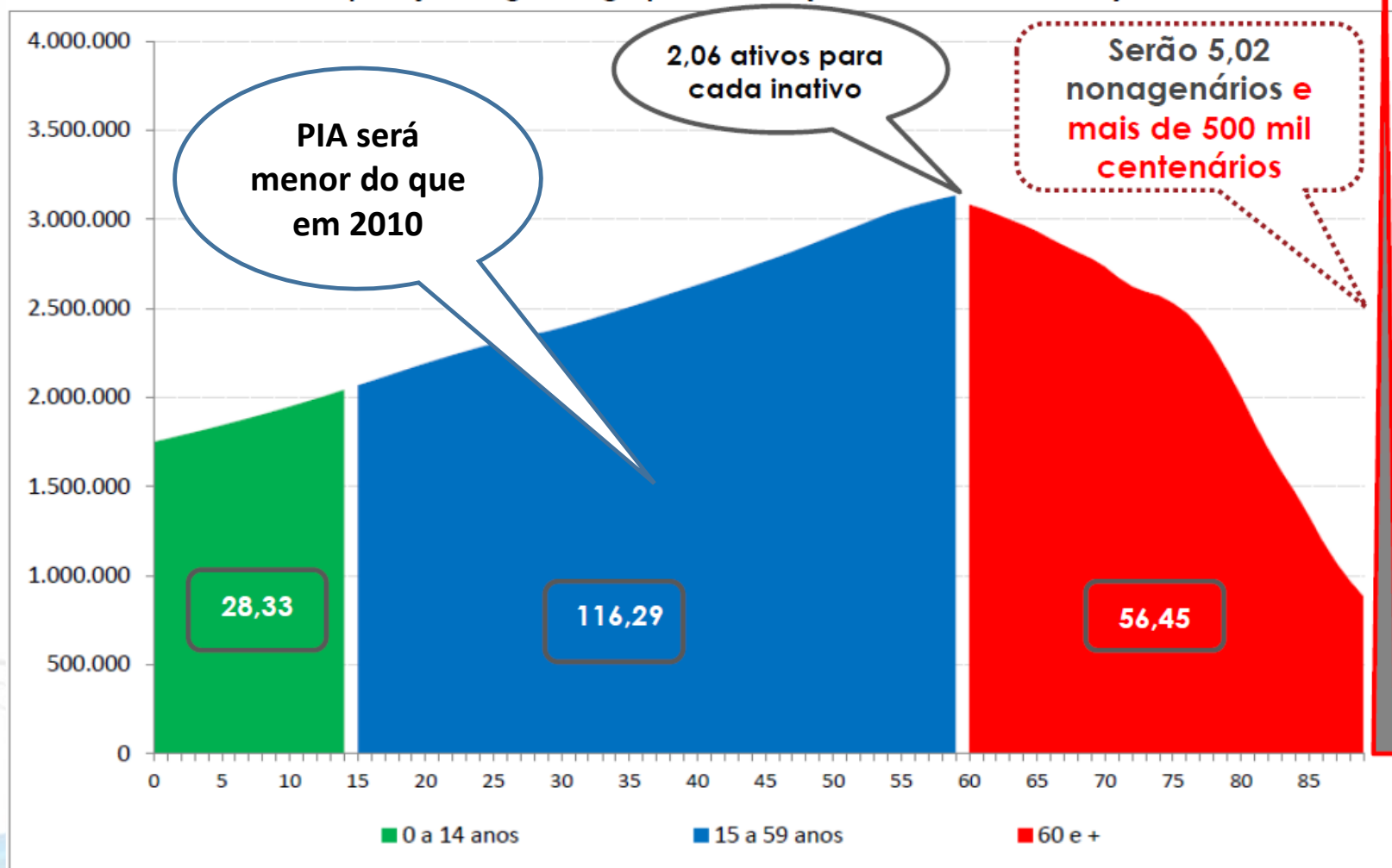


Fonte: IBGE - projeções demográfica (revisão 2013).

• Fonte: PROF. PAULO TAFNER

# Mudança Demográfica

Gráfico 1G – População segundo grupos etários (número de indivíduos) - Brasil: 2060



Fonte: IBGE - projeções demográfica (revisão 2013).

# BRASIL - O PAÍS DOS IDOSOS

Na década de 2010

- ✓ **Expectativa de sobrevida** aos 60 anos: **21,9 anos**.
- ✓ Somos **17,3 milhões de idosos** (8,9% população).

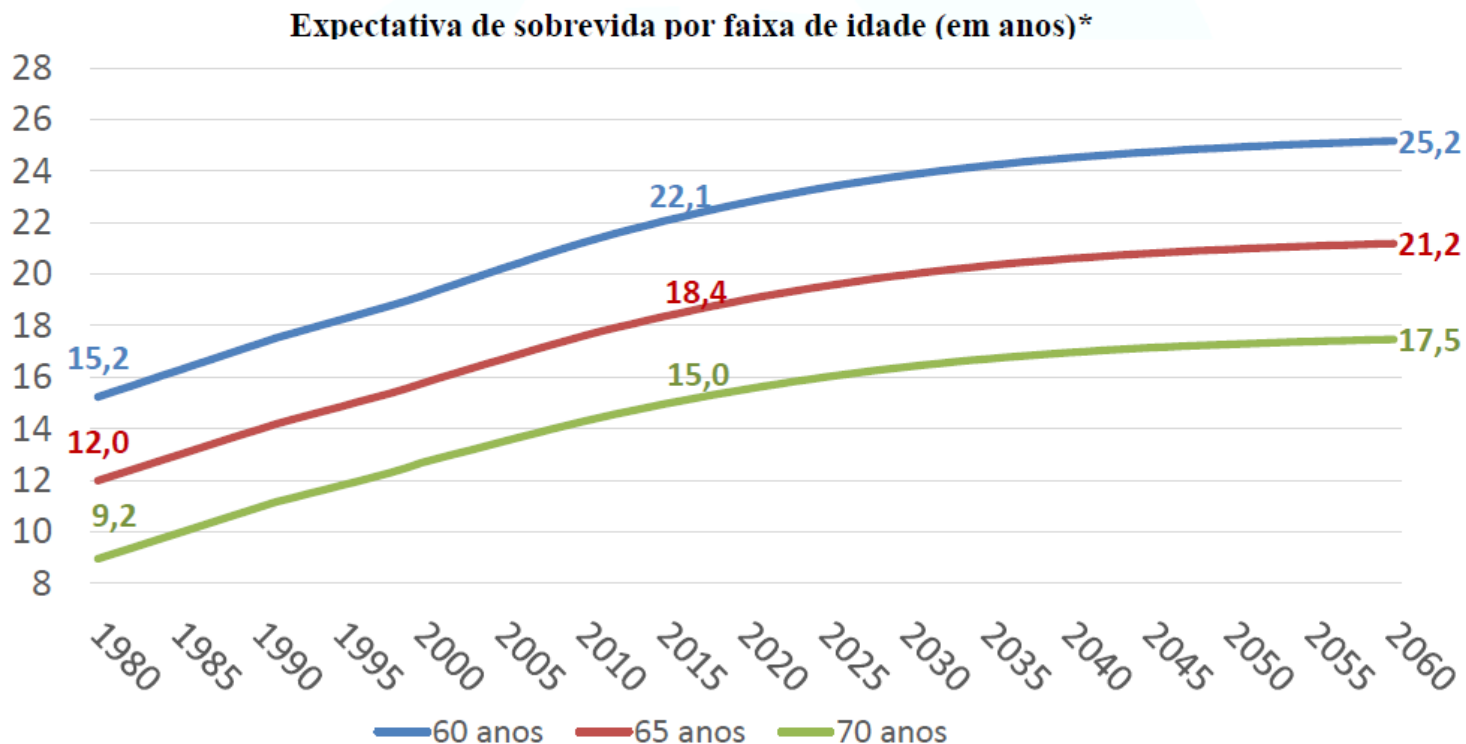
Na década de 2050:

- ✓ O **Brasil** ocupará o **9º lugar** no ranking internacional na proporção de idosos na população;
- ✓ A **expectativa de vida ao nascer** será de **81 anos**;
- ✓ Seremos **62 milhões de idosos** (30% população).

• Fonte: PAULO TAFNER / ONU e SPPREV-COM

# Elevação da Expectativa de Sobrevida

A expectativa de sobrevida cresce em todos os segmentos etários, inclusive entre os mais idosos, o que implica maior duração no pagamento de benefícios. Nesse sentido, a idade de aposentadoria no nosso País já deveria ter sido atualizada, se tivéssemos levado em consideração o fator demográfico passado, tomando como base o ano de 1980.



• Fonte: MF – Secretária de Previdência - IBGE

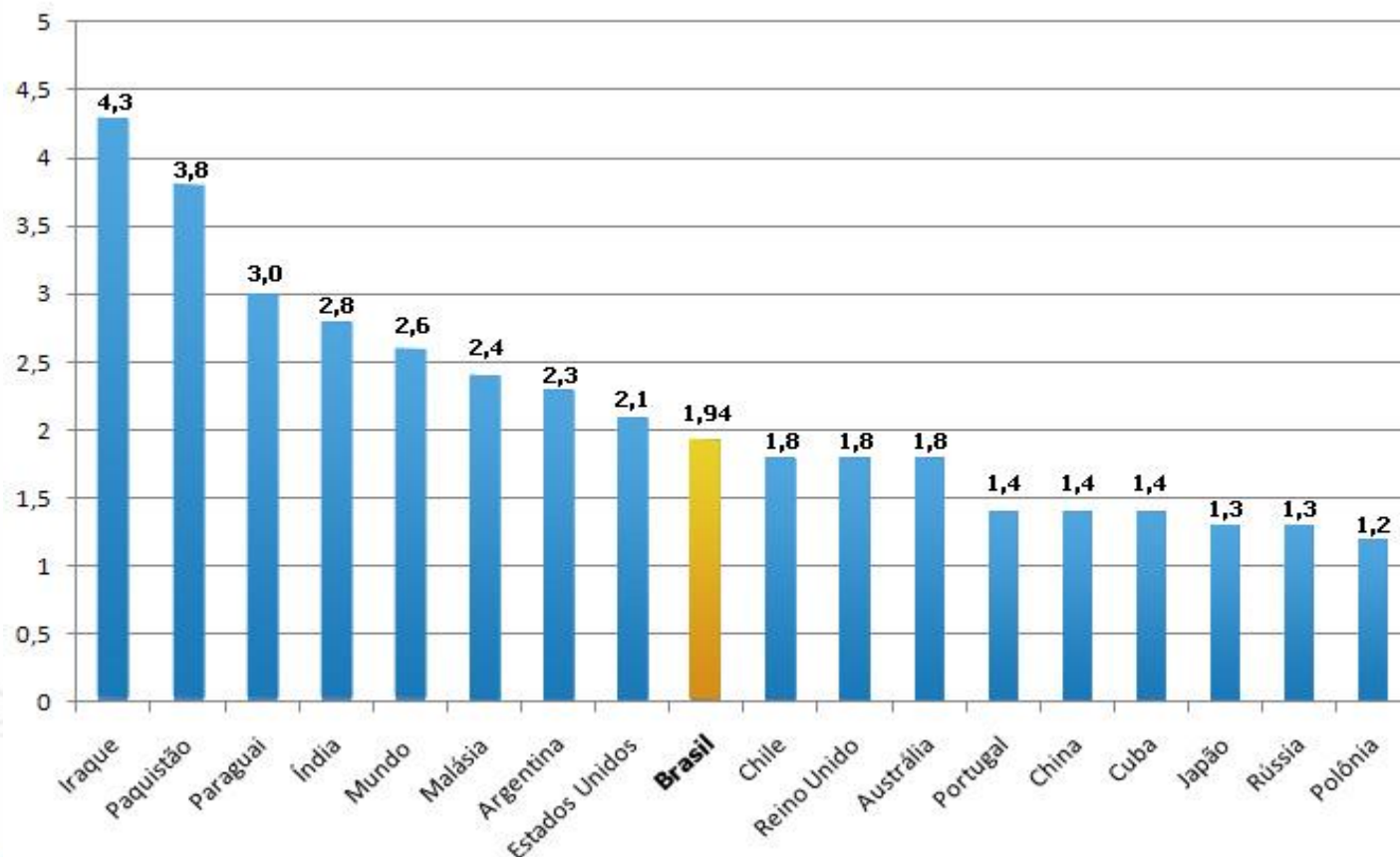
# DE QUEM É A CULPA?



# Brasil e o Mundo - Fecundidade

## Taxa de fecundidade em alguns países

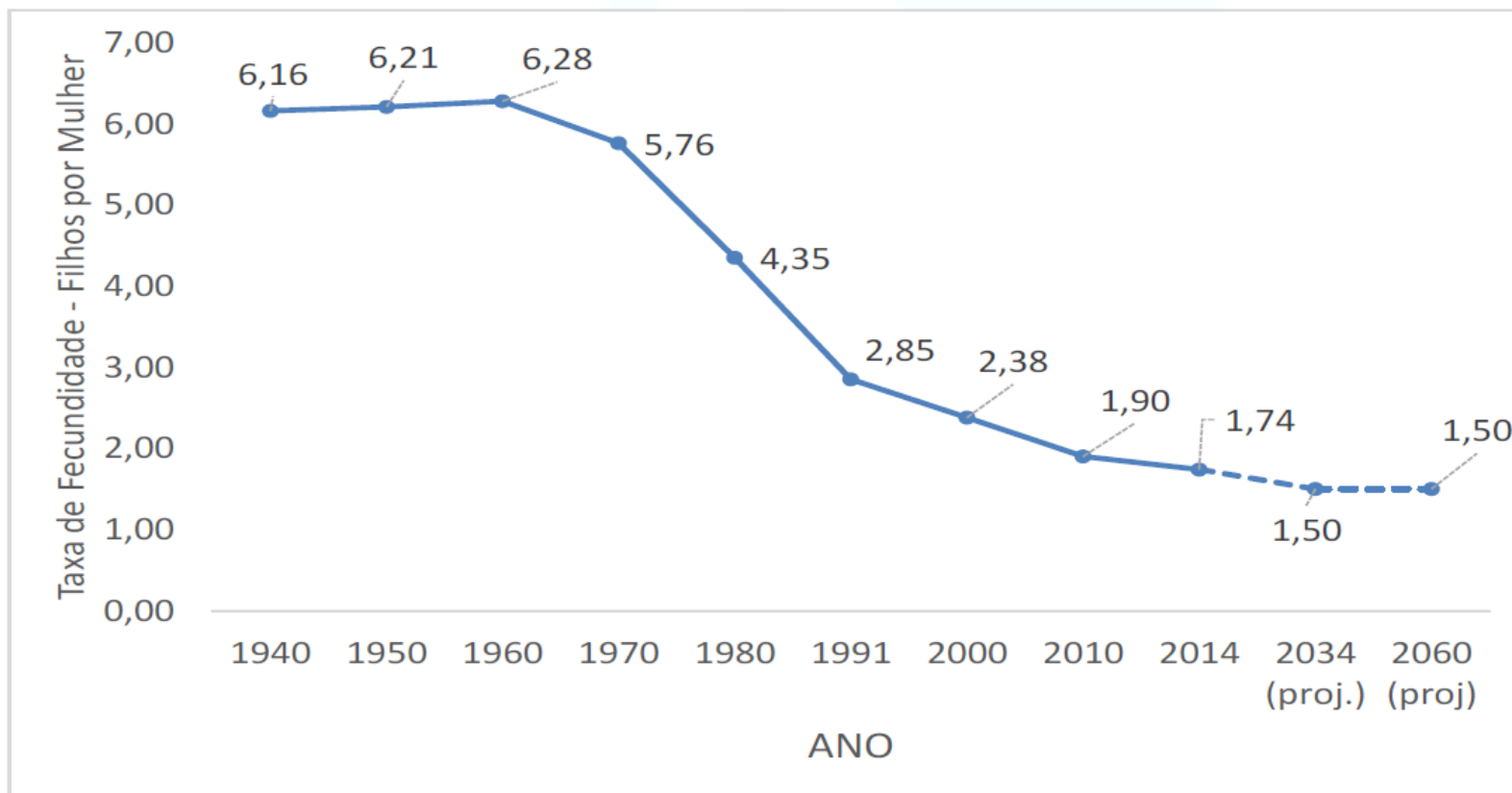
Mulheres brasileiras têm mais filhos que as chilenas e menos que as argentinas



Fonte: IBGE; Síntese dos Indicadores Sociais; ONU

# Taxa de Fecundidade (filhos por mulher)

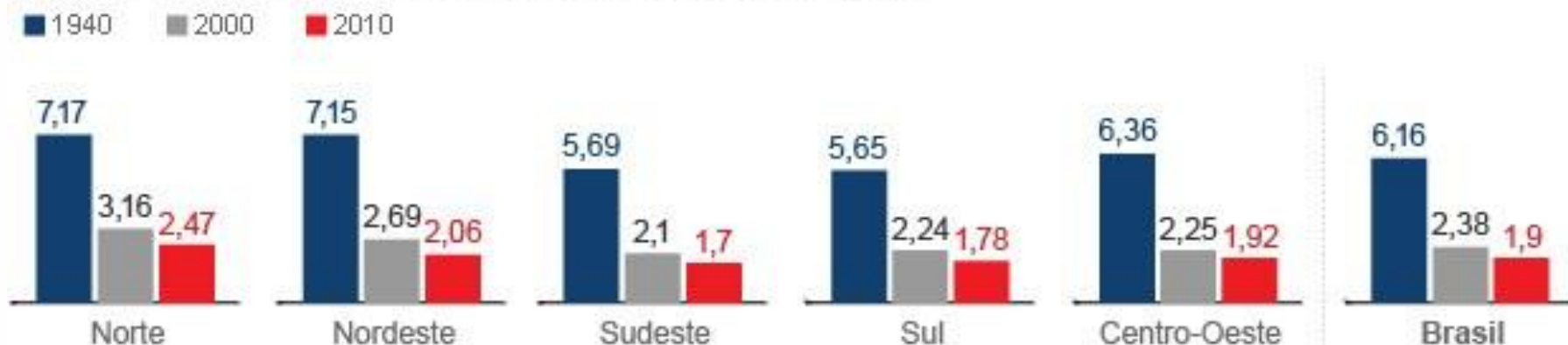
A taxa de fecundidade caiu entre 1960 e 2014, passando de 6,3 para 1,7 filhos por mulher. A projeção é que caia para 1,5 até 2034.



• Fonte: MF – Secretária de Previdência - IBGE

# Fecundidade por Região - Brasil

Taxa de fecundidade conforme região do país

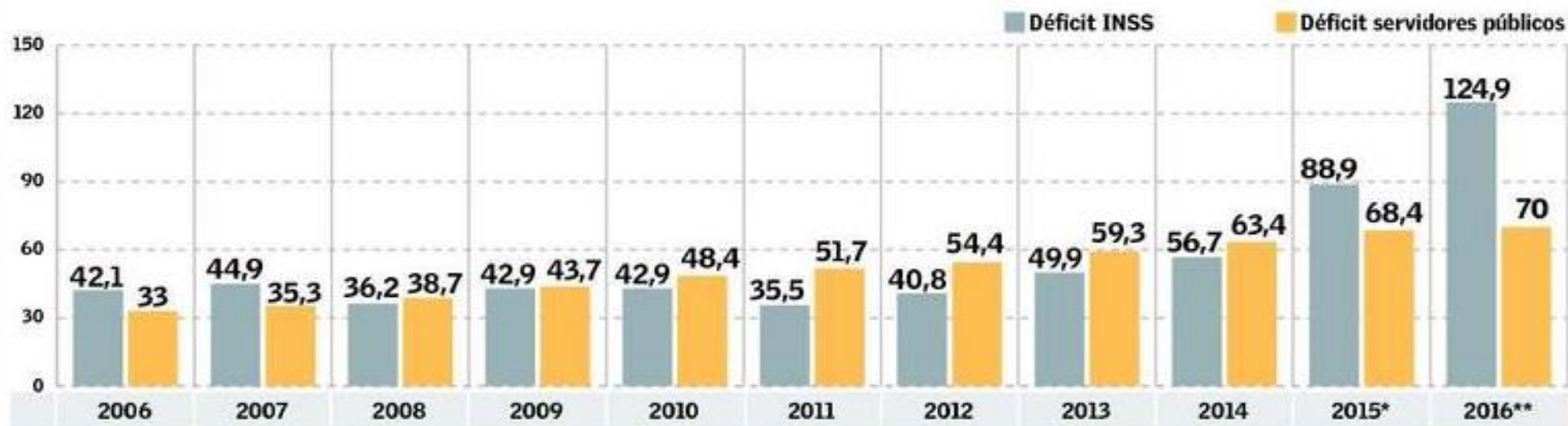


G1.com.br

Fonte: IBGE

# Escalada do déficit

Evolução do rombo da Previdência desde 2006, em R\$ bilhões



Fonte: Ministério da Previdência Social \* Avaliação das receitas e despesas primárias referente ao 3º bimestre \*\* Proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016

<http://www.valor.com.br/brasil/4222000/rombo-da-previdencia-aumenta-e-chega-quase-r-200-bi-em-2016>

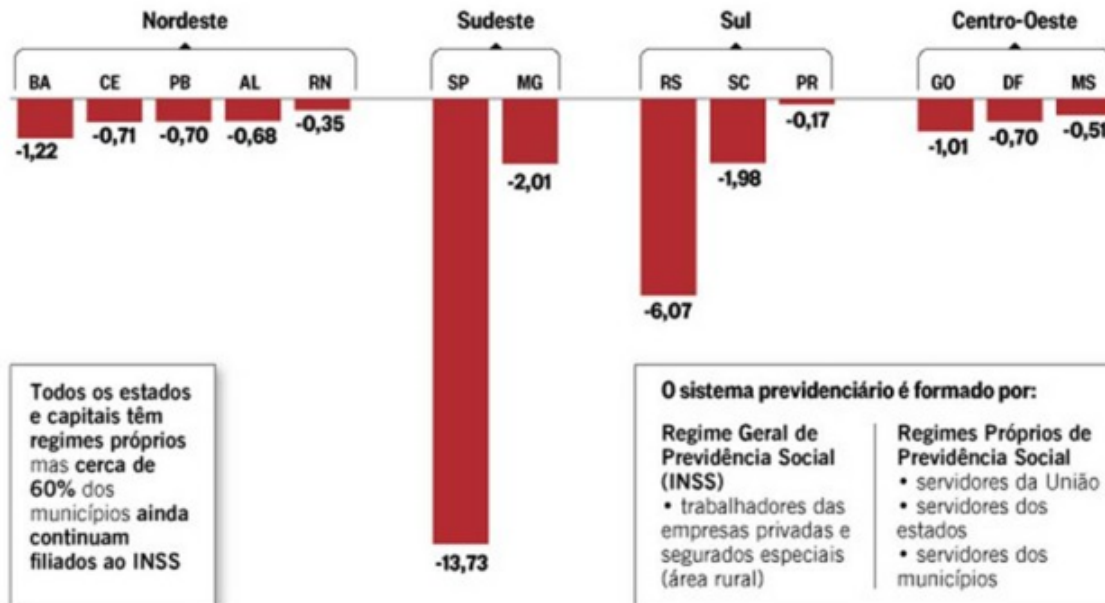
# Previdência dos estados tem rombo de R\$ 2,4 trilhões

Déficit para pagar benefícios atuais e futuros equivale a 43,9% do PIB, segundo Ipea

BRASÍLIA - O peso dos gastos com aposentadoria dos servidores nas contas públicas e a crise fiscal dos estados impõem a necessidade de incluir na reforma da Previdência — prometida pelo governo federal — os chamados regimes próprios (União, estados e municípios). Essa é a conclusão de um estudo inédito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), prestes a ser publicado, que faz um diagnóstico sobre a sustentabilidade desses regimes no longo prazo. De acordo com o levantamento, o déficit atuarial (necessidade de financiamento para pagar todos os benefícios presentes e futuros) dos estados alcançou R\$ 2,4 trilhões em 2014 — o equivalente a 43,9% do Produto Interno Bruto (PIB) e um custo per capita (por servidor ou pensionista) de R\$ 543 mil. Somando a União, o rombo pula para R\$ 3,6 trilhões ou 65,8% do PIB.

## OS ESTADOS EM SITUAÇÃO MAIS CRÍTICA

DÉFICIT FINANCEIRO (DIFERENÇA ENTRE RECEITAS E DESPESAS), EM R\$ BILHÕES\*



<http://oglobo.globo.com/economia/previdencia-dos-estados-tem-rombo-de-24-trilhoes-18720487>

# QUANTIDADE DE SEGURADOS DOS RPPS

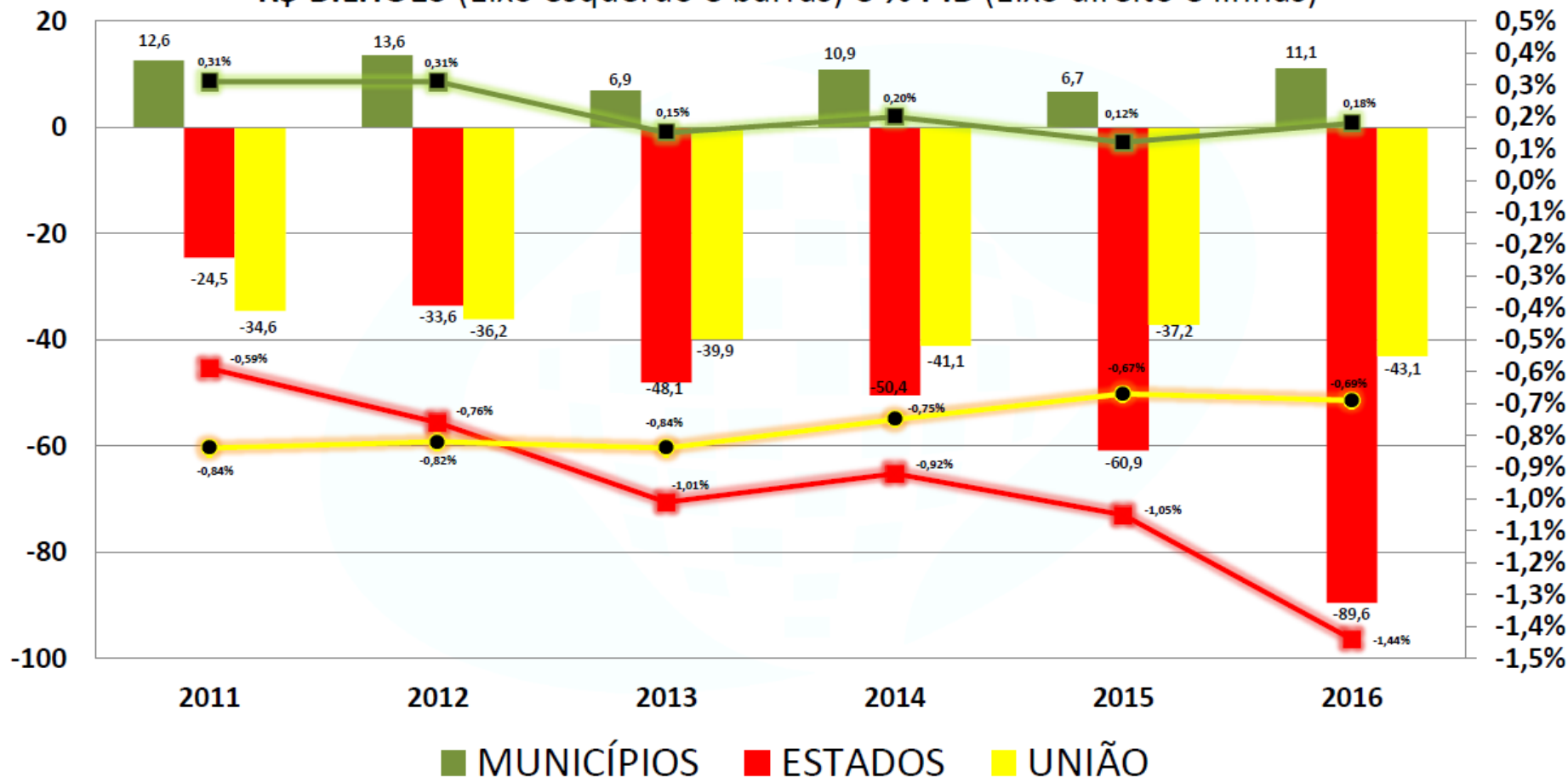
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL	RELAÇÃO ATIVOS / APOSENTADOS	RELAÇÃO ATIVOS / APOS. + PENS.
UNIÃO	1.216.769	572.286	409.953	2.199.008	2,1	1,2
ESTADOS/DF	2.668.253	1.552.047	506.603	4.726.903	1,7	1,3
MUNICÍPIOS	2.423.871	477.604	134.849	3.036.324	5,1	4,0
TOTAL	6.308.893	2.601.937	1.051.405	9.962.235	2,4	1,7

Fonte: SRPPS/SPREV/MF - Dados consolidados para Anuário Estatístico da Previdência Social - 2015

Observação: Incluídos servidores civis e militares.

# DADOS GERAIS SOBRE OS RPPS - PPA - RESULTADO FINANCEIRO

R\$ BILHÕES (Eixo esquerdo e barras) e % PIB (Eixo direito e linhas)



Fonte: SRPPS/SPREV/MF (DIPR e RREO)

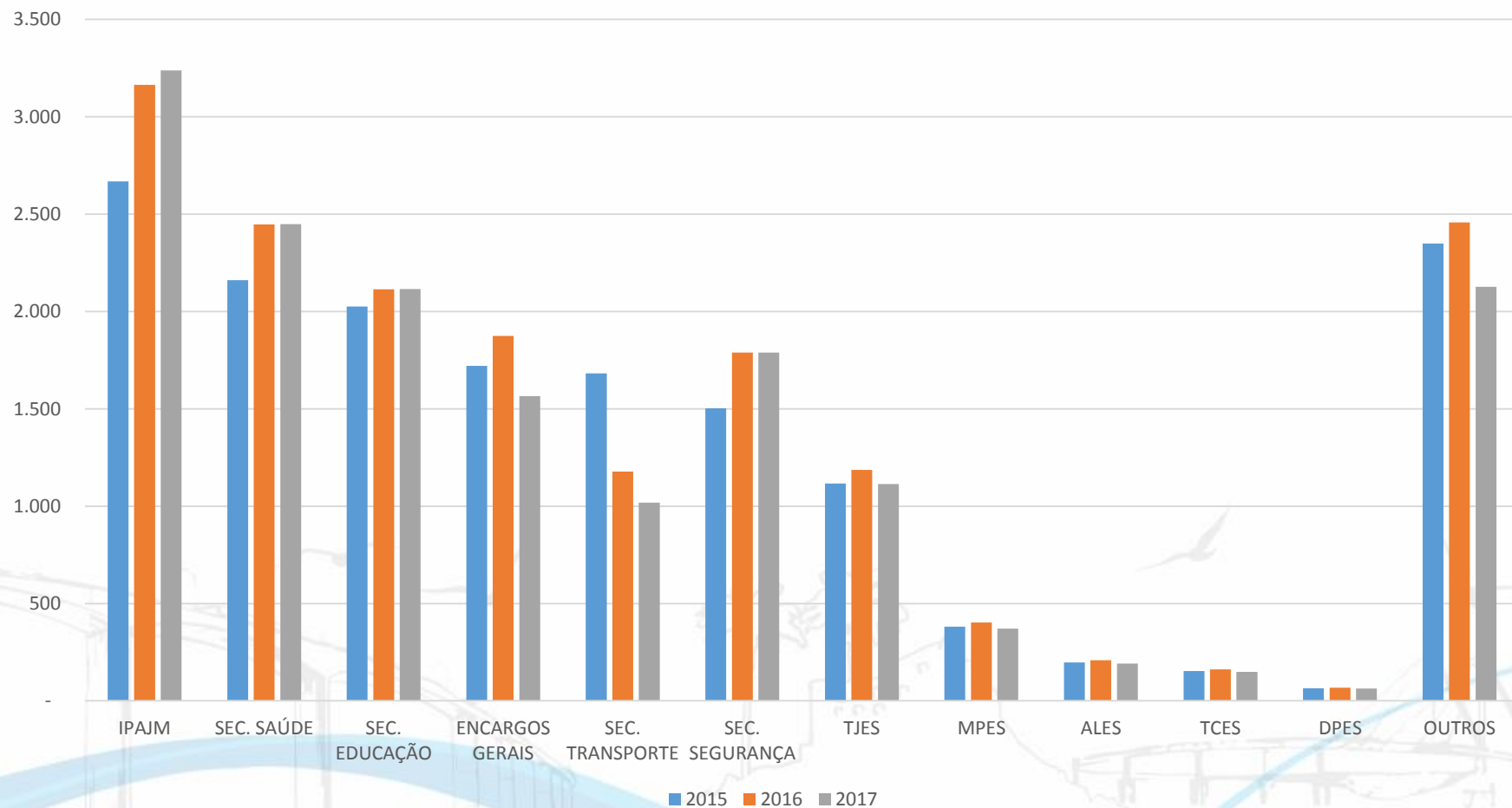
Observações:

1 - Não inclui militares da União. 2 - Dados apurados na data de consolidação dos indicadores do Plano Plurianual - PPA.

**“O grande problema enfrentado pelos Estados não está no endividamento, mas nas despesas com pessoal e previdência.”**

**Paulo Roberto Ferreira - Secretário de Estado da Fazenda do ES  
(Abertura Congresso Nacional da ANEPREM - Vitória - 08/11/2016)**

LOA 2015 (R\$ 16 Bi), 2016 (R\$ 17 Bi) e 2017 (R\$ 16,2 Bi)



# Regimes de Previdência

## SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS	REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - RPPC
<b>Segurados</b>	Trabalhadores do setor privado e servidores públicos não vinculados a RPPS	Servidores públicos	Todos os trabalhadores
<b>Filiação</b>	Compulsório	Compulsório	Facultativo
<b>Natureza</b>	Sistema público	Sistema público	Sistema privado
<b>Gestão</b>	INSS / Receita Federal do Brasil	Entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)	Entidades privadas de previdência complementar (fechadas ou abertas)
<b>Proteção</b>	Benefícios limitados ao teto	Benefícios podem ou não ser limitados ao teto	Benefícios complementares
<b>Fundamento constitucional</b>	Artigo 201 da CF	Artigo 40 da CF	Artigo 202 da CF
<b>Fundamento legal</b>	Leis nº 8.212 e 8.213/1991	Lei nº 9.717/1998 e leis de cada ente	LC nº 108 e 109/2001

- **Fonte: MF – Secretária de Previdência**

# PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS



- Fonte: MF – Secretária de Previdência – 16/02/17

# Proposta de Emenda à Constituição

# O QUE VAI MUDAR NA CONSTITUIÇÃO?

- **Art. 40**

- Teto do RGPS para todo mundo;
- Regras de cálculo da aposentadoria;
- Regras de cálculo da aposentadoria especial;
- Regras de cálculo da pensão;
- **Obrigatoriedade de previdência complementar para servidores públicos;**
- **Descarta a natureza pública da EFPC, mas mantém a obrigação do plano CD;**
- **Possibilidade de contratação por licitação de EAPC para administrar planos para os servidores públicos = Impacto no art. 202 e LC 108/01.**

- **Art. 167**

- XII: Veda utilização de recursos previdenciários para além do pagamento de benefícios

- **Art. 201**

- §16, inciso III: Veda reversão de cotas de dependentes da pensão;
- §17: Regras de acúmulo de aposentadoria e pensão (RPPS+RPPS/RPPS+RGPS).

## Atualmente na Constituição

### Art. 40 ...

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **desde que instituem** regime de previdência complementar para os seus servidores titulares de cargo efetivo, **poderão fixar**, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

## Proposta de Emenda à Constituição

### Art. 40 ...

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **que mantiverem** o regime de previdência de que trata este artigo, **fixarão** o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social para o valor das aposentadorias e pensões e **instituirão** regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

## Atualmente na Constituição

Art. 40 ...

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus §§, no que couber, **por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.**

## Proposta de Emenda à Constituição

Art. 40 ...

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo e oferecerá aos participantes planos de benefícios somente na **modalidade de contribuição definida**, observado o disposto no art. 202.

# Atualmente na Constituição – Art. 202

- RPC organizado de forma autônoma em relação ao RGPS;
- Facultativo e regulado por lei complementar;
- Assegura o pleno acesso às informações relativas à gestão dos planos;
- As contribuições do empregador não integram o contrato de trabalho e a remuneração dos participantes;
- Paridade de contribuição e vedação de aporte de recursos pelo Ente Federado, salvo na qualidade de patrocinador;
- Lei complementar disciplinará a relação do Ente com a EFPC (LC 108/2001);
- Lei complementar estabelecerá requisitos dos Conselhos e Diretorias das EFPC.

# Modelos Previdenciários

- **Repartição Simples**

- Contribuição participante + aposentado + pensionista + patronal x folha de pagamento;
- Déficit: Aporte Ente Federado.

- **Capitalização BD**

- Reserva Matemática (obrigações) no passivo x poupança acumulada (ativo);
- Déficit: Aporte Ente Federado.

- **Capitalização CD com fundos de equalização**

- Reserva Matemática (obrigações) no passivo x poupança acumulada (ativo);
- Déficit: Lei 108/01:  $\frac{1}{2} + \frac{1}{2}$

- **Capitalização CD puro**

- Reserva Matemática (obrigações) no passivo x poupança acumulada (ativo);
- Não há Déficit / Não há Risco Atuarial / Não há vitaliciedade da obrigação previdenciária

## Proposta de Emenda à Constituição

§ 15A. **Somente** mediante prévia **licitação**, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **poderão patrocinar planos de previdência de entidades fechadas de previdência complementar que não tenham sido criadas por esses entes ou planos de previdência de entidades abertas** de previdência complementar.

O art. 202 (§§ 3º e 4º) e a LC 108/01 (§ 5º) vedam o aporte de recursos de entes federativos em entidades de previdência privada, salvo na qualidade de patrocinador, e especificam que os planos de benefícios devem se administrados por EFPC.



# Fechadas e Abertas

*Comparativo – o efeito da rentabilidade ao longo de 20 anos*

# Premissas

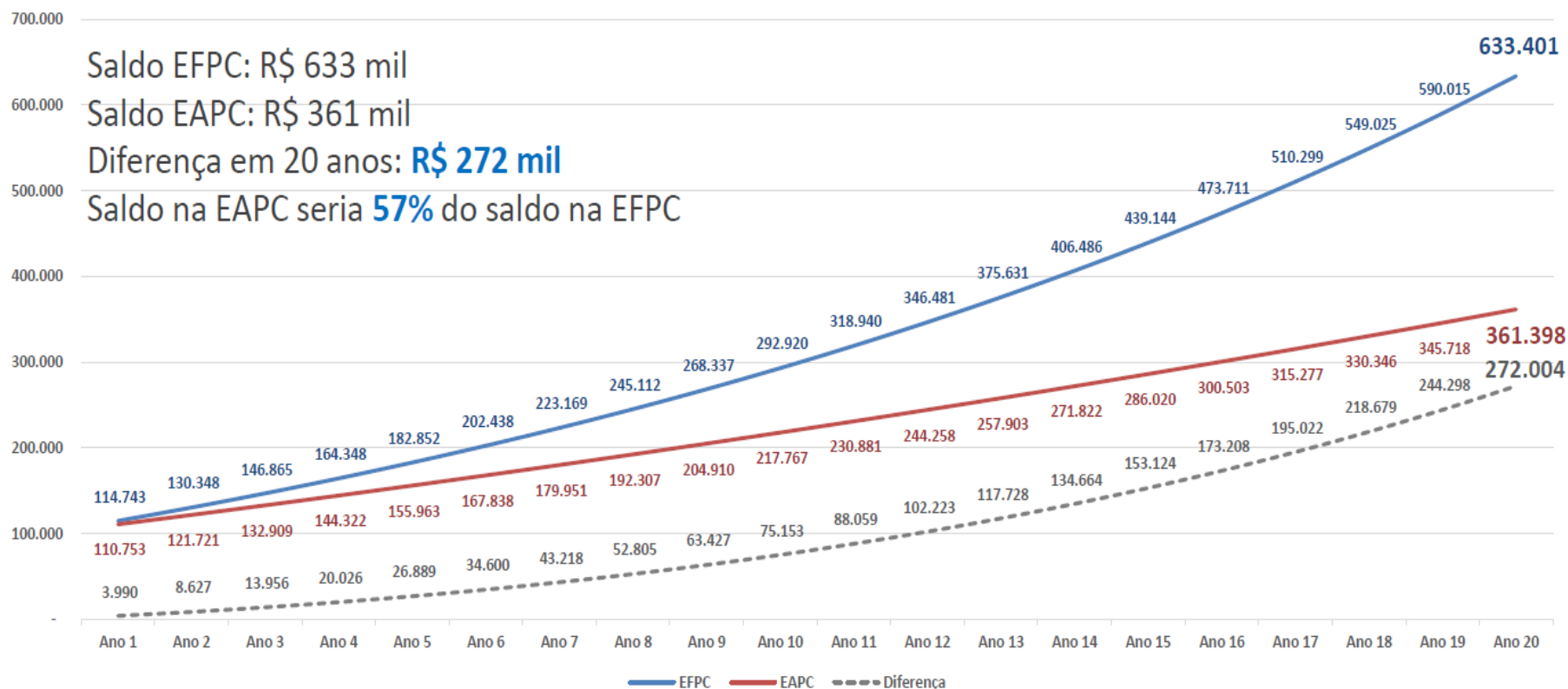
Projeção de patrimônio para 20 anos, considerando:

- Saldo Inicial: R\$ 100.000
- Contribuição mensal: R\$ 722\*
- Rentabilidade (real, descontando o INPC): 0,47% (EFPC) e 0,17% (EAPC) baseado no histórico dos últimos 10 anos.

\* Média das contribuições efetuadas (participante e patrocinadora) em 2014 (último dado de população), atualizada pela inflação de 2015 e 2016



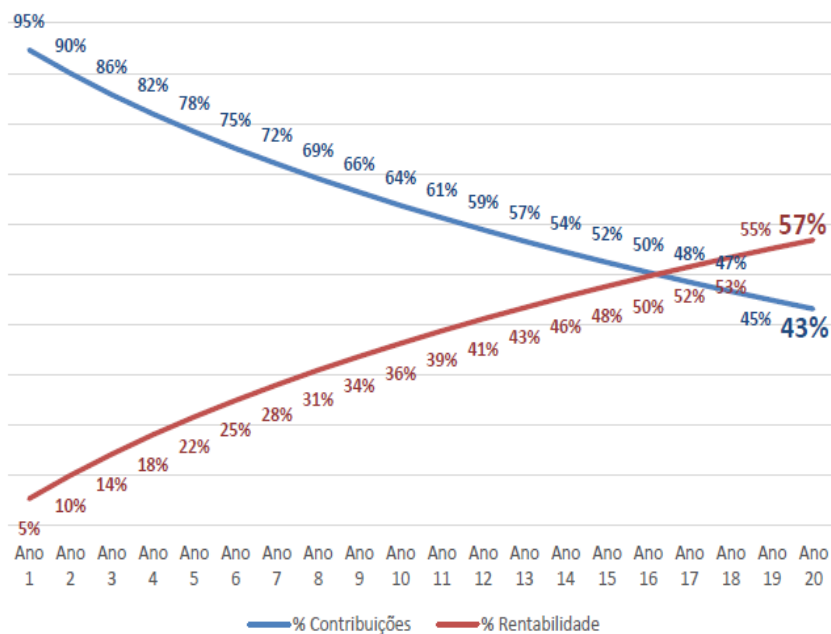
# Evolução do Patrimônio do Participante



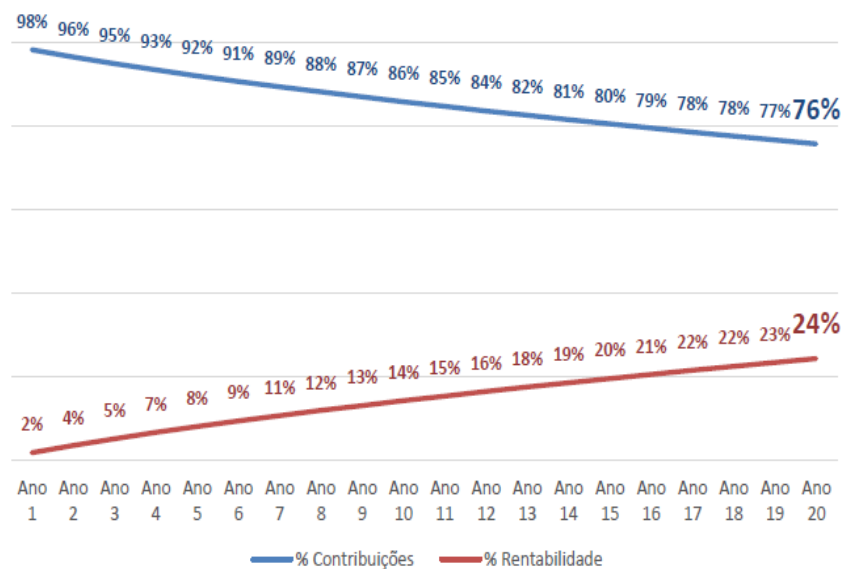
ABRAPP

# Composição do Saldo após 20 anos

EFPC



EAPC



# Proposta de Emenda à Constituição

**Art. 15.** A União e os Entes Federados deverão adequar os regimes de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos ao disposto nos § 14 e § 20 do art. 40 da Constituição no **prazo de dois anos**, contado da data da promulgação desta Emenda, sem prejuízo do disposto no art. 4º.

**Art. 4º** O **limite máximo** estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social **somente será aplicado** a aposentadorias concedidas **a servidores que ingressaram ou vierem a ingressar no serviço público posteriormente à instituição de regime** de previdência complementar ou que ingressaram anteriormente e **exerceram a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição**.

# PONTOS A DESTACAR

- **Convergência de regras:**
  - entre RGPS e RPPS;
  - Entre os RPPS de todos os entes federativos;
  - Entre os segurados dos RPPS.
- **Obrigatoriedade (?) de instituição do Regime de Previdência Complementar;**
- **Fortalecimento da unidade gestora única de cada RPPS, para que alcance todos os poderes, órgãos e entidades;**
- **Fortalecimento do Certificado de Regularidade Previdenciária;**
- **Fortalecimento do marco normativo:**
  - Lei de Responsabilidade Previdenciária;
  - Estudo de viabilidade para instituição de novos RPPS;
  - Proteção aos recursos previdenciários;
  - Vinculação das transferências voluntárias de recursos da União à regularidade previdenciária.

# AMBIENTE DE INCERTEZA

- **Autonomia para que Estados, DF e Municípios disciplinem seus RPPS:**
  - Quebra tradição histórica de uniformidade das regras de aposentadoria dos servidores públicos;
  - Governadores e Prefeitos conseguirão fazer reformas?
  - Quais reflexos a diversidade de regras entre os RPPS poderá ter na judicialização em matéria previdenciária?



# Por que a Previdência Complementar?

# POR QUE A PREV. COMPLEMENTAR?

- OBRIGATÓRIA OU INEVITÁVEL EM BREVE;
- SOLUÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEFINITIVA (CD – ELIMINA O RISCO ATUARIAL);
- CONTRAPARTIDA DO PATROCINADOR MENOR QUE RPPS;
- PENSÃO E APOSENTADORIA SEM LIMITAÇÃO DE VALOR (TETOS);
- POSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE PENSÃO E APOSENTADORIA;
- POSSIBILIDADE DE RESGATE E PORTABILIDADE;
- SALDO DOS HERDEIROS.

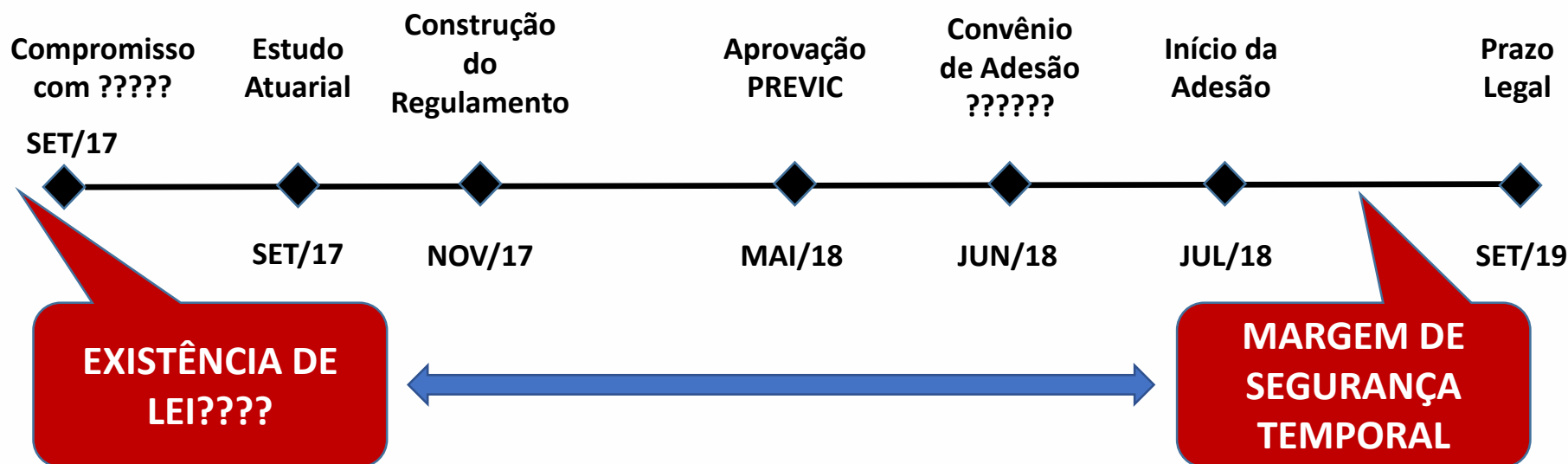
# **QUAIS OS CAMINHOS PARA IMPLANTAR A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO NO ENTE FEDERADO (ESTADO OU MUNICÍPIO)?**

# QUAIS OS CAMINHOS?

- Criação de EFPC e de Plano de Benefícios;
- Adesão à EFPC existente e Criação de Plano de Benefícios;
- Adesão à EFPC e a Plano de Benefícios existente;
- **CUIDADO (Se passar a PEC):**
  - Adesão à EAPC existente e criação de plano de benefícios;
  - Adesão à EAPC e a plano de benefícios existente

# Cronograma de Implantação

# CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO



- **PRÉ-REQUISITO: EXISTÊNCIA DE LEI AUTORIZATIVA (CUIDADO)**
- **O PROCESSO TODO LEVA CERCA DE 1 ANO PARA SER CONCLUÍDO.**
- **QUALQUER CONTRATEMPO, PODE OCASIONAR UM TRANSTORNO.**

# COMO PODEMOS AJUDAR?

# PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS



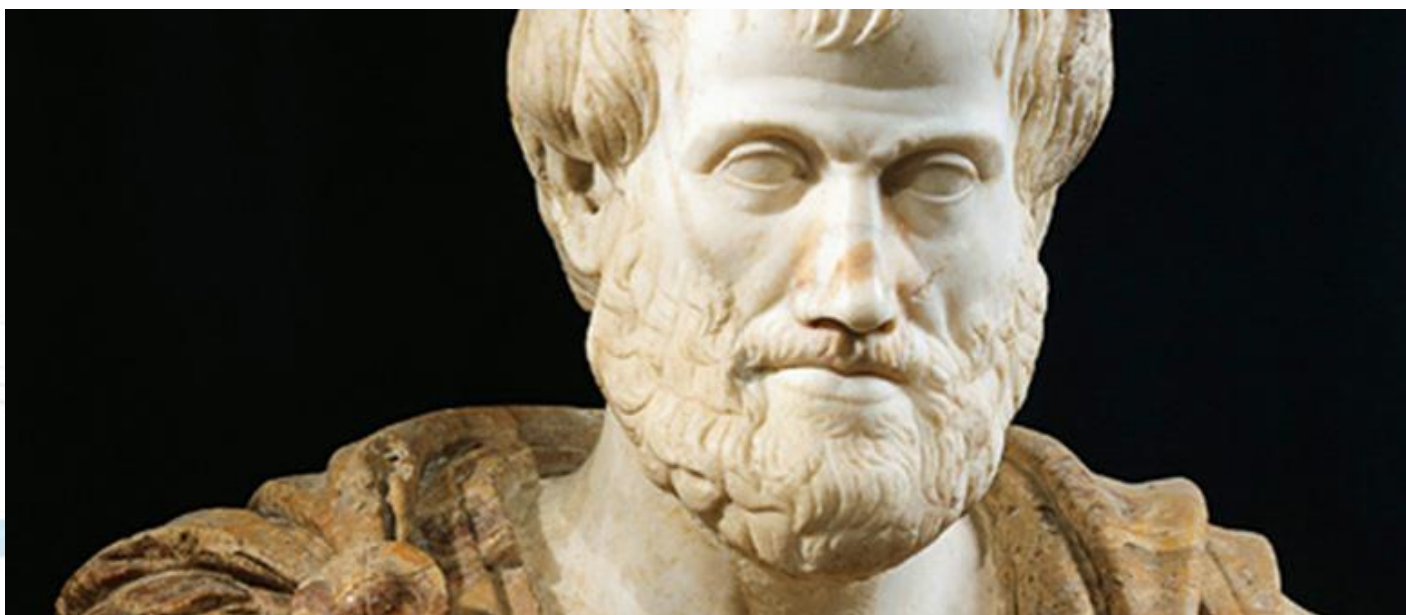
- Fonte: MF – Secretária de Previdência – 16/02/17

# COMO PODEMOS AJUDAR?

- **ASSESSORAR NA ANÁLISE DOS CÁLCULOS ATUARIAIS E ESTUDO DE MASSA DOS SERVIDORES;**
- **ASSESSORAR NA PROPOSTA DE PROJETO DE LEI OU REVISÃO DE LEI EXISTENTE;**
- **ASSESSORAR NA CRIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PLANOS JUNTO A PREVIC;**
- **ASSESSORAR NO TREINAMENTO DE AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO;**
- **ASSESSORAR NO DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL DE MARKETING E ADEÇÃO;**
- **ADEÇÃO DE PARTICIPANTES.**

**“Somos o que repetidamente fazemos. Portanto, a **excelência** não **é** um feito, mas um **hábito**”.**

Aristotéles apud Silva 2005.





Fundação de Previdência Complementar  
do Estado do Espírito Santo



[preves.es.gov.br](http://preves.es.gov.br)



[facebook.com/PrevesES](https://facebook.com/PrevesES)



[contato@preves.es.gov.br](mailto:contato@preves.es.gov.br)



[27 3322.9288](tel:273322.9288)